

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 27/03/2028.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara - SP

THIAGO APARECIDO CETRONI

**BNCC E PME NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise documental e
de campo sobre políticas e práticas pedagógicas para crianças de 4
meses a 3 anos**

Araraquara
2026



THIAGO APARECIDO CETRONI

BNCC E PME NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise documental e de campo sobre políticas e práticas pedagógicas para crianças de 4 meses a 3 anos

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Área de Concentração: Formação de professor, trabalho docente e práticas pedagógicas.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Araraquara

2026

C423b

Cetroni, Thiago Aparecido

BNCC E PME NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise documental e de campo sobre políticas e práticas pedagógicas para crianças de 4 meses a 3 anos / Thiago Aparecido Cetroni. -- Araraquara, 2026

378 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Ricardo Ribeiro

1. Educação infantil. 2. Base Nacional Comum Curricular. 3. Políticas educacionais. 4. Recontextualização. 5. Práticas pedagógicas. I. Título

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta tese, ao investigar os processos de recontextualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Plano Municipal de Educação (PME) no cotidiano da educação infantil, oferece contribuições que transcendem o contexto do município analisado. No âmbito científico e acadêmico, o estudo avança na aplicação da teoria do ciclo de políticas de Stephen Ball, fornecendo uma análise aprofundada sobre como as diretrizes nacionais são traduzidas, reinterpretadas e, por vezes, neutralizadas nos contextos concretos de atuação das escolas, especialmente na faixa etária de 4 meses a 3 anos. A pesquisa evidencia o conceito de “vazio curricular” como elemento crítico que dificulta a efetiva implementação das políticas.

Para a formulação de políticas públicas, a investigação oferece um diagnóstico consistente que pode subsidiar gestores municipais na elaboração e revisão de planos e propostas curriculares. Ao demonstrar a necessidade de mediação municipal efetiva entre a BNCC e os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), o trabalho aponta caminhos para superar a apropriação fragmentada das normativas. O estudo apresenta impacto local e regional significativo, servindo como modelo para outros municípios de porte similar que enfrentam desafios semelhantes na articulação entre políticas educacionais e práticas pedagógicas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis, by investigating the processes of recontextualization of the National Common Curricular Base (BNCC) and the Municipal Education Plan (PME) in the daily life of early childhood education, offers contributions that transcend the context of the municipality studied. In the scientific and academic field, the advanced study on the application of Stephen Ball's policy cycle theory provided an in-depth analysis of how national guidelines are translated, reinterpreted, and sometimes neutralized in the concrete contexts of school operations, especially for the 4-month- to 3-year-old age group. The research highlights the concept of the “curricular void” as a critical element that hinders the effectiveness of policy implementation.

For the formulation of public policies, the investigation offers a consistent diagnosis that can support municipal managers in the development and revision of curricular plans and proposals. By demonstrating the need for effective municipal

mediation between the BNCC and the Political-Pedagogical Projects (PPPs), the work points to ways to overcome the fragmented appropriation of regulations. The study demonstrates significant local and regional impact and is useful as a model for other municipalities of similar size facing similar challenges in linking educational policies and pedagogical practices.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Esta tesis, al investigar los procesos de recontextualización de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y del Plan Municipal de Educación (PME) en la vida cotidiana de la educación infantil, ofrece aportaciones que trascienden el contexto del municipio analizado. En el ámbito científico y académico, el estudio avanza en la aplicación de la teoría del ciclo de las políticas de Stephen Ball, proporcionando un análisis en profundidad sobre cómo las directrices nacionales son traducidas, reinterpretadas y, en ocasiones, neutralizadas en los contextos concretos de actuación de los centros educativos, especialmente en el tramo de edad comprendido entre los 4 meses y los 3 años. La investigación pone de manifiesto el concepto de «vacío curricular» como un elemento crítico que dificulta la implementación efectiva de las políticas.

En lo que respecta a la formulación de políticas públicas, la investigación ofrece un diagnóstico sólido que puede servir de apoyo a los responsables municipales en la elaboración y revisión de planes y propuestas curriculares. Al evidenciar la necesidad de una mediación municipal efectiva entre la BNCC y los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP), el trabajo señala vías para superar la apropiación fragmentada de las normativas. El estudio presenta un impacto local y regional significativo, y sirve como modelo para otros municipios de características similares que afrontan retos semejantes en la articulación entre las políticas educativas y las prácticas pedagógicas.

THIAGO APARECIDO CETRONI

BNCC E PME NA EDUCAÇÃO INFANTIL: uma análise documental e de campo sobre políticas e práticas pedagógicas para crianças de 4 meses a 3 anos

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.
Área de Concentração: Formação de professor, trabalho docente e práticas pedagógicas.

Data da defesa: 27/03/2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Ribeiro
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca

Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara

Prof. Dr. Elvio Carlos da Costa
CPS - FATEC – Campus Araraquara

Santa Teresa de Jesus certa vez ensinou: “É justo que muito custe o que muito vale”. Este pensamento nos leva a refletir que grandes conquistas exigem grandes esforços. Mais desafiador do que ingressar em um programa de doutorado público é concluí-lo, especialmente para aqueles que conciliam essa jornada com suas atividades profissionais. Ainda assim, não poderia ser diferente, pois é privilégio de poucos ter a oportunidade de buscar o conhecimento de forma tão profunda. Assim, dedico este trabalho ao meu pequeno Léo, meu querido filho, que, antes mesmo de qualquer pesquisa, me ensinou na prática o quão importante é olhar com respeito para as crianças, já nos seus primeiros anos de vida. Sua presença não apenas trouxe luz ao meu caminho, mas também reforçou o propósito desta jornada acadêmica, que busca contribuir para uma infância mais digna e valorizada.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma forma de ver a vida a partir da fé e da confiança em Deus, por isso à Vós, ó Deus, o primeiro agradecimento, pois mesmo que não houvesse Céu, eu te amaria.

Ao meu filho, Léo Cetroni, que mesmo tão pequeno compreendeu a importância da ausência para a realização desta pesquisa.

À minha esposa Shelly, companheira de mais de uma década e meia, pelo apoio, incentivo e compreensão não somente neste desafio, mas em todos até agora e tenho certeza em todos que virão.

A minha mãe Maria Inês que depois de Deus, me amou por primeiro e que sempre esteve do meu lado, acreditando em minhas potencialidades.

Aos amigos e familiares que entenderam as negativas aos passeios, as saídas no meio dos jantares e confraternizações e pela torcida sempre carinhosa.

Ao Professor Doutor Ricardo Ribeiro, minha mais profunda gratidão e admiração. Sua dedicação e compreensão foram muito além do que se poderia esperar de um professor e orientador. Agradeço por cada conversa em que, diante de minhas dúvidas e incertezas sobre qual caminho seguir, o senhor não me deu respostas prontas, mas sim a clareza necessária para que eu mesmo pudesse enxergar as possibilidades. Com sabedoria e respeito, permitiu que a pesquisa seguisse o seu rumo natural, confiando no meu processo e no meu amadurecimento como pesquisador. Nos momentos de dúvida, cansaço e desânimo, o senhor esteve ao meu lado com paciência e humanidade, oferecendo não apenas orientação acadêmica, mas apoio sincero e encorajamento genuíno. Sua parceria, confiança e presença constante transformaram desafios em oportunidades de aprendizado e crescimento. Mais do que um orientador, o senhor foi um porto seguro nessa jornada, e por isso minha gratidão será eterna.

À Professora Doutora Maria José da Silva Fernandes, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, pelo trabalho incansável em prol do fortalecimento do programa e pelo apoio atencioso nos momentos em que mais precisei. Sua sensibilidade e disposição foram fundamentais para a continuidade desta jornada.

Ao Professor Doutor Álvaro Martim Guedes, meu estimado orientador no mestrado, que com sua sabedoria e encorajamento foi o primeiro a acreditar no meu

potencial e a me inspirar a dar mais um passo em direção ao doutorado. Sua orientação não apenas enriqueceu minha trajetória acadêmica, mas também plantou as sementes de confiança e determinação que me trouxeram até aqui.

Aos Professores Doutores Maria Aparecida Bovério e Samuel Descruci, queridos amigos que a vida me presenteou, minha profunda gratidão. Agradeço pela amizade genuína e pela generosidade com que sempre me acolheram. Em meio às inquietações da pesquisa, vocês estavam sempre dispostos a ouvir, a oferecer uma palavra de incentivo e a partilhar seus conhecimentos de forma tão leve quanto valiosa. A confiança que depositaram em mim e o interesse sincero por este trabalho foram um alento fundamental, tornando esta caminhada mais rica e mais humana.

Aos funcionários da UNESP – Campus de Araraquara que despercebidamente passaram por nossas vidas durante o período de nossa formação, garantindo a funcionalidade da nossa Universidade.

Agradecimento especial aos colaboradores da Seção Técnica de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – UNESP que, diante das dúvidas e dificuldades, sempre me acolheram com respeito de irmão.

Aos professores, à direção e à coordenação da Universidade, pela dedicação incansável e pelo apoio constante em cada etapa da nossa caminhada acadêmica. Sua presença e empenho fizeram toda a diferença nos momentos em que mais precisamos.

Por fim, mas não menos importante, aos professores e gestores das escolas de primeira infância do município pesquisado, que gentilmente abriram as portas de suas unidades e compartilharam suas práticas, experiências e documentos. Sua colaboração foi essencial para a realização desta pesquisa, permitindo um olhar mais profundo e significativo sobre as políticas e práticas pedagógicas da educação infantil.

“Tentar ensinar a uma criança algo que pode aprender por ela mesma, não apenas é inútil. Também é prejudicial.” Emilie Madeleine Reich (1902-1984)

RESUMO

Partindo do problema de um ciclo de políticas curriculares fragmentado para a Educação Infantil, esta tese investiga os processos de recontextualização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Plano Municipal de Educação (PME) na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) e nas práticas docentes. O estudo, de natureza qualitativa e fundamentado na Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, foca-se em três escolas públicas de um município paulista que atendem crianças de 4 meses a 3 anos. A análise, que triangulou dados documentais (BNCC, PME, PPPs) e questionários aplicados a 54 profissionais (elaboradoras do plano, gestoras e professoras), revelou um “vazio curricular” como ponto de partida: o PME, de caráter gerencial e obsoleto, não oferece a mediação pedagógica necessária. Diante disso, as escolas operam à margem do plano e buscam referência diretamente na BNCC; contudo, a apropriação de seus conceitos é frágil, ocorrendo por meio de projetos padronizados que revelam uma “esquizofrenia documental” entre o discurso e a prática. As professoras, por sua vez, enfrentam condições de trabalho precárias que as conduzem a um “paradoxo da performatividade”, no qual a alta satisfação declarada funciona como mecanismo de defesa em um macroambiente de abandono institucional. Conclui-se que a ausência de um currículo municipal, articulado a uma política de formação continuada, resulta em uma implementação distorcida da BNCC. A pesquisa defende, portanto, a urgência da construção participativa de uma política curricular local que reconheça as especificidades da primeira infância e valorize o saber docente.

Palavras-chave: educação infantil; Base Nacional Comum Curricular; políticas educacionais; recontextualização; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Starting from the problem of a fragmented curriculum policy cycle in Early Childhood Education, this thesis investigates the processes of recontextualization of the National Common Curricular Base (BNCC) and the Municipal Education Plan (PME) in the development of Political-Pedagogical Projects (PPPs) and in teaching practices. The study adopts a qualitative approach and is grounded in Stephen Ball's Policy Cycle Approach, focusing on three public schools in a municipality in the state of São Paulo that serve children from 4 months to 3 years of age. The analysis, which triangulated documentary data (BNCC, PME, and PPPs) and questionnaires administered to 54 professionals (plan developers, managers, and teachers), revealed a "curricular void" as its starting point: the PME, characterized by a managerial and outdated orientation, does not provide the necessary pedagogical mediation. In response, schools operate outside the plan and seek guidance directly from the BNCC. However, the appropriation of its concepts proves to be fragile, occurring through standardized projects that reveal a form of "documentary schizophrenia" between discourse and practice. Teachers, in turn, face precarious working conditions that lead to a "paradox of performativity," in which the high level of declared satisfaction functions as a defense mechanism within a macro-environment marked by institutional abandonment. The findings indicate that the absence of a municipal curriculum, articulated with a policy of continuing professional education, results in a distorted implementation of the BNCC. The study therefore argues for the urgent need for the participatory construction of a local curricular policy that recognizes the specificities of early childhood and values teachers' knowledge.

Keywords: Early childhood education; National Common Curricular Base; Educational policies; Recontextualization; Pedagogical practices.

RESUMEN

Partiendo del problema de un ciclo de políticas curriculares fragmentado para la Educación Infantil, esta tesis investiga los procesos de recontextualización de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y del Plan Municipal de Educación (PME) en la elaboración de los Proyectos Político-Pedagógicos (PPP) y en las prácticas docentes. El estudio, de carácter cualitativo y fundamentado en el Enfoque del Ciclo de Políticas de Stephen Ball, se centra en tres centros educativos públicos de un municipio del estado de São Paulo que atienden a niños de entre 4 meses y 3 años.

El análisis, que trianguló datos documentales (BNCC, PME, PPP) y cuestionarios aplicados a 54 profesionales (responsables de la elaboración del plan, gestoras y profesoras), reveló un «vacío curricular» como punto de partida: el PME, de carácter gerencial y obsoleto, no ofrece la mediación pedagógica necesaria. Ante esta situación, los centros educativos operan al margen del plan y buscan referencia directamente en la BNCC; sin embargo, la apropiación de sus conceptos es frágil, produciéndose mediante proyectos estandarizados que revelan una «esquizofrenia documental» entre el discurso y la práctica.

Las profesoras, por su parte, se enfrentan a condiciones de trabajo precarias que las conducen a un «paradoja de la performatividad», en el que la alta satisfacción declarada funciona como mecanismo de defensa en un macroentorno de abandono institucional. Se concluye que la ausencia de un currículo municipal, articulado a una política de formación continua, da lugar a una implementación distorsionada de la BNCC. La investigación defiende, por tanto, la urgencia de la construcción participativa de una política curricular local que reconozca las especificidades de la primera infancia y valore el saber docente.

Palabras clave: Educación Infantil; Base Nacional Común Curricular; Políticas educativas; Recontextualización; Prácticas pedagógicas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEI	Centro de Educação Infantil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
EMEB	Escola Municipal de Educação Básica
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas

PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RCENEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado de São Paulo com indicação do município de Monte Alto	157
Figura 2: Mapa da região administrativa de Ribeirão Preto.....	157
Figura 3: Vista do saguão principal da Rodoviária - última revitalização foi em 2013	159
Figura 4: Vista aérea da WEG Cestari – uma das grandes empresas do município	160
Figura 5: Fachada da Fábrica 1 da multinacional Hutchinson – a empresa possui quatro unidades no município (três em funcionamento).....	161
Figura 6: Vista aérea da unidade industrial da Fugini Alimentos em Monte Alto/SP – empresa de origem local: destaca-se nacionalmente no ramo, possuindo uma unidade também na cidade de Cristalina/GO.	161
Figura 7: Vista aérea do parque industrial da empresa Cepêra, instalado no povoado de Ibitirama, Monte Alto. A unidade, com 18.000 m ² de área construída, concentra desde 2012 toda a produção, logística e distribuição da marca, que completa 79 anos em 2026 especializada em condimentos, molhos e conservas.....	162
Figura 8: Organograma da Secretaria durante o desenvolvimento do PME	131
Figura 9: Mapa de localização das três EMEBs selecionadas, evidenciando sua distribuição periférica e dispersa no território urbano.....	161
Figura 10: Origem da formação sobre BNCC recebida pelas professoras.....	236
Figura 11: Temas de formação mais demandados pelos professores	238
Figura 12: Frequência declarada de trabalho com os cinco campos de experiência da BNCC pelas professoras das três unidades de Educação Infantil de Monte Alto. ..	244
Figura 13: Distribuição do tempo na rotina declarada pelas professoras das três unidades de Educação Infantil de Monte Alto, por tipo de atividade	246
Figura 14: Influência da BNCC em suas práticas pedagógicas.....	254
Figura 15: Nível de alinhamento entre suas práticas pedagógicas e as diretrizes da BNCC	254
Figura 16: Nível de satisfação profissional declarado pelas professoras.	255
Figura 17: Comparativo entre os Direitos de Aprendizagem declarados como mais trabalhados (Q6.4) e menos trabalhados (Q6.5) na prática docente.....	258
Figura 18: De quem as professoras recebem orientação sobre a BNCC.....	264

Figura 19: Principais Desafios Enfrentados pelas Professoras	266
Figura 20: Fatores que facilitam o Trabalho Docente.....	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil profissional das professoras	230
Tabela 2: Distribuição das professoras segundo a quantidade de crianças por turma	232
Tabela 3: Conhecimento e Formação sobre a BNCC.....	234
Tabela 4: Compreensão dos conceitos-chaves da BNCC	237
Tabela 5: Concepções sobre Educação Infantil.....	240
Tabela 6: Principal Direito de Aprendizagem trabalhado na prática, segundo as professoras.....	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Comparação Meta 1 - PNE x PME.	141
Quadro 2: Categorização das Estratégias da Meta 1 do PME.	142
Quadro 3: Evolução do Atendimento - Município em Análise.	143
Quadro 4: Caracterização da Rede Municipal de Primeira Infância: Dados de Localização e Criação das Unidades em Monte Alto/SP	155
Quadro 5: Análise comparativa dos documentos pedagógicos das três instituições.	164
Quadro 6: Presença dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento nos Adendos de 2025	171
Quadro 7: Apresentação dos Campos de Experiência nos Adendos de 2025	174
Quadro 8: Menção às DCNEI nos Adendos de 2025	177
Quadro 9: Menção ao PME, PNE e Meta 1 nos Documentos Institucionais	189
Quadro 10: Coerências e Rupturas Conceituais entre PME e PPPs	195

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	28
2.1	CENÁRIO DA PESQUISA: EXPOSIÇÃO METODOLÓGICA DO TEMA 29	
2.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: CAMINHOS DA PESQUISA	30
2.3	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	36
2.4	PESQUISA DOCUMENTAL	42
2.5	PESQUISA DE CAMPO	44
2.5.1	Contexto e Participantes da Pesquisa	46
2.5.2	Instrumentos de Coleta de Dados	49
2.6	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	58
2.7	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	60
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	63
3.1	CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA INFÂNCIA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL	65
3.1.1	A infância no contexto histórico e social	66
3.1.2	O papel da família no cuidado infantil: transição para o contexto institucional	71
3.1.3	A influência da industrialização e das mudanças sociais na criação de políticas para a infância.....	73
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	78
3.2.1	A Constituição de 1988 e formalização da Educação Infantil	79
3.2.2	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e seus avanços 87	
3.2.3	O Plano Nacional de Educação (PNE) e as metas para a Educação Infantil	90
3.2.4	O Programa Proinfância: aspectos estruturais e pedagógicos	94
3.3	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL 98	
3.3.1	Direitos de aprendizagem e campos de experiência	99
3.3.2	Interagir e brincar como eixos estruturantes.....	110
3.4	O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL	117

3.4.1	O PME como articulador entre políticas nacionais e práticas locais....	119
3.4.2	O PME e as especificidades da Educação Infantil: diretrizes para bebês e crianças pequenas	123
3.4.3	A influência do PME nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs)	131
3.4.4	Desafios e Potencialidades na implantação do PME.....	140
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	147
4.1	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM ANÁLISE: UM ESTUDO DOCUMENTAL NO CONTEXTO MUNICIPAL.....	148
4.1.1	O Plano Municipal de Educação em Análise (2015-2025): a Educação Infantil entre o prescrito e o possível.....	151
4.1.2	A Meta 1 no PME em análise: análise quantitativa e qualitativa.....	141
4.1.3	Concepções de criança, infância e educação infantil no PME	145
4.1.3.1	As concepções das DCNEI (2009): Um marco para a Educação Infantil e a análise do PME em estudo.....	146
4.1.3.2	O distanciamento entre o PME e as DCNEI	149
4.1.3.3	Acompanhamento e Fiscalização: O Papel do Poder Legislativo.....	152
4.1.4	A tradução da política no nível institucional: análise dos projetos políticos-pedagógicos (PPPs).....	153
4.1.4.1	Caracterização das Instituições e seus PPPs	154
4.1.4.2	A incorporação da BNCC nos Adendos: Direitos de Aprendizagem e Campos de Experiência.	168
4.1.5	A articulação entre PME e PPP: coerências e rupturas.....	183
4.1.5.1	O Plano Municipal de Educação nos Projetos Político-Pedagógicos: um diálogo ausente?	186
4.1.5.2	Coerências conceituais: PME e PPPs em diálogo.....	191
4.1.5.3	Rupturas e descompassos: quando o local se distancia do municipal	197
4.2	AS VOZES DOS ATORES: SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO PLANEJAMENTO E À POLÍTICA EDUCACIONAL.....	204
4.2.1	O processo de elaboração do PME: a voz dos elaboradores.....	207
4.2.2	As gestoras escolares: desafios da implementação e relação com o PME	215
4.2.3	As vozes da sala de aula: a recontextualização das políticas nas práticas e concepções docentes.....	229
4.2.4	Síntese do ciclo de políticas: da produção à prática.....	277

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE E IMPLICAÇÕES.....	281
	REFERÊNCIAS.....	289
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	300
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS ELABORADOS DO PME	
	302	
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM GESTORES ESCOLARES –	
	PRIMEIRO QUESTIONÁRIO.....	307
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM GESTORES ESCOLARES –	
	SEGUNDO QUESTIONÁRIO.....	314
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO APLICADO COM PROFESSORES.....	320
	APÊNDICE E – TABELA COMPLETA DOS PRINCIPAIS DESAFIOS	
	ENFRENTADOS PELOS PROFESSORES.....	336
	APÊNDICE F – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO.....	337
	APÊNDICE G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
	338	

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, reconhecida como a primeira e fundamental etapa da Educação Básica, constitui o alicerce sobre o qual se edifica a trajetória educacional do indivíduo. Longe de ser um mero espaço de cuidado ou de preparação para o Ensino Fundamental, a creche e a pré-escola representam um universo de interações, descobertas e produção de cultura, onde bebês e crianças pequenas exercitam seu direito de ser e de aprender. Nas últimas décadas, o Brasil testemunhou avanços significativos no campo das políticas públicas para a primeira infância, culminando em marcos regulatórios que buscam assegurar a qualidade do atendimento e a centralidade da criança no processo pedagógico. Dentre esses marcos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, emerge como a principal referência para a organização dos currículos em todo o território nacional, estabelecendo direitos de aprendizagem e campos de experiência que devem orientar as práticas pedagógicas desde os primeiros meses de vida. Antes de apresentar o problema de pesquisa, porém, é necessário situar o pesquisador que o formula, pois esta tese nasce tanto de um compromisso intelectual quanto de uma trajetória vivida.

O pesquisador e o objeto: trajetória e motivações

A pesquisa acadêmica, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais, raramente nasce de um distanciamento asséptico. Ela costuma ser forjada no calor das inquietações cotidianas, nas trajetórias de vida e nos desafios práticos que o pesquisador enfrenta antes mesmo de adentrar os muros da universidade. Esta tese não foge a essa regra. O objeto de estudo aqui delineado — a materialização das políticas de Educação Infantil no cotidiano escolar — é o ponto de convergência de uma caminhada profissional e pessoal que sempre teve a educação como fio condutor.

Minha formação acadêmica inicial ocorreu na área de Produção Mecânica e Análise de Sistemas, campos aparentemente distantes das discussões pedagógicas. No entanto, a paixão pelo ato de ensinar sempre esteve presente. Nunca deixei a sala de aula. Ao longo dos anos, atuei como professor em diversas instituições, do ensino fundamental ao superior, passando pelo ensino técnico. Essa vivência docente

constante manteve meu olhar atento às dinâmicas da aprendizagem e às estruturas que a sustentam.

O interesse específico pela Educação Infantil, no entanto, tem raízes mais profundas e afetivas. Minha mãe trabalhou em creche, e foi por meio de seus relatos diários que vivenciei, dentro de casa, os desafios, as alegrias e as complexidades desse universo. Compreendi cedo que a creche não é apenas um espaço de guarda, mas um ambiente fundamental de desenvolvimento humano e de garantia de direitos.

Essa sensibilidade forjada no ambiente familiar ganhou contornos políticos e institucionais quando ingressei na vida pública. Eleito vereador em Monte Alto e estando em meu quarto mandato consecutivo, fiz da educação uma das principais bandeiras do meu mandato, com especial atenção à primeira infância. A oportunidade de atuar no Poder Executivo como Secretário Municipal de Educação, colocou-me frente a frente com a materialidade das políticas públicas. Durante minha gestão, enfrentei o imenso desafio de retomar e concluir as obras de uma unidade do Programa Proinfância que se encontravam paralisadas há dezoito meses.

A complexidade de desenrolar os entraves burocráticos, estruturais e políticos para entregar aquela creche à população foi uma experiência marcante. Embora o desafio tenha sido superado, ele gerou inquietações que me levaram de volta à academia. No mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, dediquei-me a investigar o Programa Proinfância, buscando compreender as engrenagens e os gargalos da expansão da infraestrutura física da Educação Infantil.

Contudo, a infraestrutura é apenas o continente; faltava investigar o conteúdo. Com o ingresso no doutorado, senti a necessidade imperiosa de ir além das paredes e dos tijolos. Era preciso compreender não apenas como as políticas federais financiam a construção de creches, mas como as diretrizes curriculares nacionais — pensadas em nível macro — aterrissam no chão da escola. Como o Plano Municipal de Educação e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são traduzidos nos Projetos Político-Pedagógicos? Quais são as dificuldades enfrentadas pelas professoras para materializar essas orientações no cotidiano escolar?

Assim, esta tese é o desdobramento natural de uma trajetória que uniu a vivência familiar, a prática docente, a gestão pública e o rigor acadêmico. Ela nasce da convicção de que para garantir uma Educação Infantil de qualidade, precisamos olhar com a mesma seriedade tanto para as políticas de Estado quanto para as práticas pedagógicas que dão vida a essas políticas todos os dias. É a partir dessa

convicção e dessa trajetória que se estrutura o problema de pesquisa que orienta este trabalho.

É justamente esse cenário — de avanços normativos e desafios de implementação — que esta pesquisa se propõe a investigar. Afinal, a existência de uma política nacional, por mais robusta que seja em seus princípios, não garante sua efetivação na realidade escolar. Entre o texto da política, com suas intenções e prescrições, e a prática pedagógica, com sua complexidade e seus desafios cotidianos, existe um longo e tortuoso caminho. Esse percurso é mediado por uma multiplicidade de fatores: as políticas municipais, que deveriam traduzir e contextualizar as diretrizes nacionais; os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), que expressam a identidade e a autonomia de cada escola; e, fundamentalmente, os atores — gestores e professores — que interpretam, negociam e, em última instância, dão vida à política em suas salas de aula. É nesse entre-lugar, nesse espaço de tradução e de disputa, que a política educacional acontece de fato.

É precisamente nesse hiato entre o prescrito e o vivido que esta tese de doutorado ancora sua problemática: da tensão estrutural entre a prescrição de uma política curricular nacional e as condições concretas de sua implementação no âmbito local.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece um paradigma para a Educação Infantil centrado na criança como sujeito de direitos e protagonista de seu aprendizado. Contudo, a efetivação desse paradigma depende de uma complexa cadeia de tradução que envolve o sistema municipal e a unidade escolar.

O problema reside, portanto, na hipótese de que ocorrem rupturas significativas nesse processo. Investiga-se se os Planos Municipais de Educação (PMEs) atuam como mediadores pedagógicos eficazes ou se, ao operarem sob lógicas distintas — como a gerencialista —, criam um vácuo que deixa as escolas sem orientação. Consequentemente, analisa-se como essa tensão se manifesta no contexto da prática, onde a autonomia para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as condições de trabalho docente podem tanto facilitar quanto obstruir a materialização dos princípios da BNCC, gerando uma contradição fundamental entre o discurso da política e a realidade do cotidiano escolar.

Diante do exposto, a presente tese parte do problema da tensão entre as políticas curriculares e as práticas pedagógicas para responder à seguinte questão norteadora: Como as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do

Plano Municipal de Educação (PME) influenciam a elaboração dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) e a efetivação das práticas pedagógicas na Educação Infantil? A escolha por investigar essa dinâmica no município de pequeno porte de Monte Alto, interior de São Paulo, e com foco na faixa etária de 4 meses a 3 anos, não é acidental, pois é nesse contexto que a indissociabilidade entre o educar e o cuidar se manifesta de forma mais intensa e onde os desafios da implementação de um currículo baseado em experiências se tornam mais evidentes.

A relevância desta pesquisa se assenta em um tripé: acadêmico, social e político. Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o campo das políticas educacionais e do currículo ao oferecer uma análise aprofundada do processo de recontextualização da BNCC em um contexto municipal, com foco na pouco explorada faixa etária de 0 a 3 anos. Ao utilizar a Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball como referencial, a tese demonstra a potência dessa ferramenta para analisar as complexas interações entre os contextos de produção, de influência e da prática, gerando *insights* sobre os mecanismos de tradução, resistência e performatividade que moldam a política na prática escolar. No âmbito social, a pesquisa lança luz sobre a qualidade da educação ofertada às crianças em seus primeiros anos de vida, um período decisivo para o desenvolvimento humano. Ao investigar as condições de trabalho dos professores, a adequação dos PPPs e a efetivação dos direitos de aprendizagem, o estudo oferece um diagnóstico que pode subsidiar a luta por melhores condições de atendimento e pela valorização dos profissionais da Educação Infantil. Por fim, a relevância política da tese reside em seu potencial para informar a tomada de decisão de gestores públicos, pois, ao evidenciar o “vazio curricular” deixado pela ausência de uma mediação municipal efetiva, aponta para a necessidade urgente de construção de currículos locais, elaborados de forma participativa e articulados com políticas de formação continuada.

Para responder à questão norteadora, a pesquisa foi guiada pelo objetivo geral de compreender de que maneira as diretrizes da BNCC e do PME influenciam a elaboração dos PPPs e a efetivação das práticas pedagógicas na Educação Infantil, com foco em crianças de 4 meses a 3 anos, no município de Monte Alto/SP. Para tanto, foram traçados cinco objetivos específicos: (1) analisar conceitos e categorias presentes na BNCC e no PME, destacando aspectos como direitos de aprendizagem e campos de experiência;(2) examinar como o PME reflete e adapta as diretrizes da BNCC no contexto local;(3) Analisar as práticas pedagógicas e concepções de

infância declaradas pelos professores, investigando processos de recontextualização das orientações curriculares; (4) Verificar as concepções de infância compartilhadas entre os professores e sua relação com os princípios da BNCC; (5) Investigar como os PPPs incorporam as diretrizes normativas e sua coerência com os direitos de aprendizagem e os campos de experiência.

A complexidade do objeto de estudo exigiu a adoção de um referencial teórico-metodológico que permitisse capturar a política em movimento. A Abordagem do Ciclo de Políticas (Policy Cycle Approach), de Stephen Ball e seus colaboradores, mostrou-se a lente mais adequada por romper com a visão linear da política e propor um modelo cíclico e dinâmico. Esta pesquisa mobilizou seus cinco contextos inter-relacionados: o contexto de influência, onde se analisou como as disputas de ideias definiram a agenda do PME; o contexto da produção do texto, focado na análise dos documentos normativos (PME, PPPs) como resultado de negociações e ambiguidades; e, centralmente, o contexto da prática, onde se investigou como gestoras e professoras interpretam, traduzem e recriam a política em suas ações cotidianas, um espaço que não é de mera execução, mas de recontextualização. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso qualitativo do tipo múltiplo, focado em três escolas de Educação Infantil de Monte Alto/SP, selecionadas por representarem a diversidade de origens de financiamento e, conseqüentemente, de modelos arquitetônicos e de gestão: uma construída com recursos do programa federal Proinfância, outra via convênio estadual (Programa Creche Escola) e uma terceira com verbas exclusivamente municipais. Além disso, a dispersão geográfica das unidades por diferentes regiões periféricas da cidade permitiu analisar a apropriação da política em distintos contextos socioespaciais.

A coleta de dados envolveu análise documental (BNCC, PME, Planos Gestores e Adendos) e a aplicação de questionários online a um universo de 54 sujeitos: as duas elaboradoras do PME, as três gestoras das escolas investigadas e 49 professoras que atuam diretamente com crianças de 4 meses a 3 anos. A triangulação desses dados foi operacionalizada pelo confronto sistemático entre o discurso oficial dos documentos e as percepções declaradas pelos diferentes atores, permitindo validar achados e conferir maior robustez e profundidade à análise dos resultados.

Para apresentar esta investigação, a tese foi organizada em cinco capítulos. Na introdução, são apresentadas as motivações e inquietações que deram origem à pesquisa, delineando-se a conjuntura do problema investigado, suas especificidades

e o processo pelo qual se constituiu como objeto de estudo. Explicitam-se, ainda, a estrutura e a organização do trabalho, bem como a opção metodológica adotada, a qual será detalhada no Capítulo II.

O Capítulo 2, intitulado “Metodologia da Pesquisa”, dedica-se a detalhar o percurso metodológico, justificando a escolha pela Abordagem do Ciclo de Políticas e descrevendo os procedimentos de coleta e análise de dados, incluindo os instrumentos utilizados (pesquisa bibliográfica, documental e de campo com questionários) e a caracterização dos sujeitos e do campo de pesquisa.

O Capítulo 3, “Revisão Bibliográfica”, constitui o alicerce teórico da tese. Ele se aprofunda nas concepções históricas da infância, percorrendo e analisando marcos decisivos para as políticas públicas da Educação Infantil no Brasil (Constituição de 1988, LDB, PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI) de 2009, programas de financiamento como o Proinfância, culminando na homologação da BNCC em 2017), analisa os fundamentos da Base Nacional Comum Curricular (direitos de aprendizagem, campos de experiência, eixos estruturantes) e discute o papel do Plano Municipal de Educação como articulador entre as políticas nacionais e as práticas locais, abordando os desafios de sua implantação.

O Capítulo 4, “Resultado e Discussão”, representa o coração da tese, onde se apresenta a análise dos dados coletados. Este capítulo se divide em duas grandes seções: a primeira, de análise documental, investiga o PME e os PPPs, revelando as rupturas e descompassos entre os diferentes níveis de planejamento; a segunda mergulha nas vozes dos atores (elaboradoras do PME, gestoras e professoras) por meio dos questionários, desvendando os sentidos atribuídos à política e culminando na síntese dos achados centrais da pesquisa: o “vazio curricular”, a “esquizofrenia documental” e os paradoxos da recontextualização.

No Capítulo Final, “Considerações Finais”, em um tom reflexivo e propositivo, retoma a questão de pesquisa e os objetivos, tece a síntese dos resultados e discute as implicações teóricas e práticas do estudo, apontando caminhos para investigações futuras.

Por fim, esta tese não se propõe a ser um manual de jardinagem para políticas educacionais, mas antes o relato de um botânico que, ao receber uma semente promissora, decidiu não apenas admirá-la, mas seguir seu percurso até solos distantes. O que se descobriu é que a mais perfeita das sementes, ao encontrar uma terra não preparada — ora árida pela burocracia, ora compactada pelo hábito —, pode

jamais germinar. Em outros solos, porém, mesmo com poucos recursos, ela encontra uma fresta, uma mão que a cultiva, e teima em brotar. Que esta leitura, portanto, não sirva para atestar a qualidade da semente, mas para nos inquietar sobre a responsabilidade de quem prepara a terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE E IMPLICAÇÕES

Ao final desta jornada investigativa, que se debruçou sobre o complexo universo das políticas curriculares para a Educação Infantil, retornamos ao ponto de partida, mas com um novo olhar, enriquecido pela análise dos documentos, pelas vozes dos atores e pelas tensões observadas na dinâmica concreta da vida escolar. A questão que norteou esta pesquisa: Como as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Plano Municipal de Educação (PME) influenciam a elaboração dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) e a efetivação das práticas pedagógicas na Educação Infantil?, revelou-se um fio condutor potente para desvelar uma realidade marcada por fragmentações, vazios e paradoxos. Este capítulo final não busca oferecer respostas definitivas, mas sim tecer uma síntese reflexiva dos achados, articulando-os com os objetivos propostos e com o referencial teórico que iluminou o percurso, de modo a apontar não apenas as conclusões, mas também as implicações e os novos horizontes que a pesquisa descortina.

A trajetória desta tese, ao mergulhar no contexto de um município do interior paulista, buscou compreender o ciclo de vida de uma política educacional, desde sua concepção no plano municipal até sua recontextualização no cotidiano de três escolas que atendem crianças de 4 meses a 3 anos. A análise, fundamentada na Abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, permitiu ir além de uma visão linear e prescritiva, compreendendo a política como um processo dinâmico, contestado e ressignificado pelos sujeitos em diferentes arenas. O que encontramos foi um ciclo que não se completa, uma engrenagem com peças faltantes que comprometem o movimento do todo. A seguir, retomaremos sistematicamente os objetivos específicos da pesquisa, apresentando as conclusões alcançadas em cada um deles para, ao final, construir uma resposta densa à questão central da tese.

A investigação foi estruturada em torno de cinco objetivos específicos que, em conjunto, permitiram mapear o percurso da política curricular. A análise dos dados, triangulando fontes documentais e empíricas, oferece um panorama claro sobre cada um desses pontos.

O primeiro objetivo específico visava analisar os conceitos de criança, infância, currículo, educar e cuidar presentes na BNCC e no PME. A análise revelou uma dissonância fundamental. A BNCC, alinhada às DCNEI, apresenta uma concepção de

criança como sujeito de direitos, ativo e potente, e estrutura o currículo em torno de direitos de aprendizagem e campos de experiência, consolidando a indissociabilidade do educar e do cuidar. Em contrapartida, o PME de Monte Alto (2015-2025) mostrou-se um documento de natureza predominantemente gerencial e quantitativa. Seus conceitos de criança e currículo são implícitos e genéricos, com foco esmagador na ampliação do acesso (vagas) e na gestão da rede. O documento é praticamente silente sobre os eixos estruturantes da Educação Infantil — as interações e a brincadeira — e não incorpora a concepção de criança como sujeito histórico e de direitos. Essa lacuna conceitual no plano municipal é o que denominamos ao longo desta tese de vazio curricular, um hiato que deixa as escolas sem uma orientação pedagógica local clara, forçando-as a buscar referências em outras fontes.

O segundo objetivo específico, examinar como o PME reflete e adapta a BNCC no contexto local, levou a uma constatação ainda mais drástica. O PME não apenas não reflete, como ignora por completo a BNCC, por uma razão cronológica simples: foi elaborado em 2015, dois anos antes da homologação da Base. Mais grave, porém, é que o plano também falha em refletir adequadamente as DCNEI de 2009, que já estavam plenamente em vigor. A ausência de mecanismos de revisão e atualização no PME, que permitissem um diálogo com a nova política curricular nacional, condenou o plano à obsolescência. Ele se tornou um documento de gaveta, uma “peça de museu” que cumpre uma formalidade legal, mas não serve como bússola para a prática pedagógica. A política municipal, portanto, não atua como mediadora ou tradutora da política nacional, mas como um corpo estranho e anacrônico no sistema.

O terceiro objetivo específico, analisar as práticas pedagógicas declaradas pelas professoras e sua consonância com os PPPs e a BNCC, descortinou o que chamamos de paradoxo da performatividade. As professoras, em sua maioria, declaram um discurso alinhado às concepções mais modernas de Educação Infantil (criança como sujeito, indissociabilidade do educar/cuidar, brincadeira como eixo). No entanto, suas práticas declaradas revelam uma realidade diferente, marcada pela superlotação das turmas, pela falta de tempo para o planejamento e por uma rotina engessada, onde as atividades de cuidado consomem grande parte do tempo e da energia. O planejamento, nesse contexto, torna-se uma tarefa burocrática, muitas vezes limitada ao preenchimento de um projeto anual padronizado, o “Adendo”, que se mostra desconectado das necessidades reais das crianças. A autonomia

pedagógica, embora valorizada, torna-se uma “autonomia no vazio”, uma liberdade sem as condições (tempo, formação, recursos) para ser exercida de forma qualificada.

O quarto objetivo específico buscava investigar as percepções das elaboradoras do PME, gestoras e professoras sobre a influência mútua entre os documentos normativos e as práticas. As vozes dos atores confirmaram e aprofundaram a análise documental. As elaboradoras do PME reconheceram o foco quantitativo e a baixa participação da comunidade escolar na sua construção. As gestoras, por sua vez, revelaram sentir-se mais como executoras de ordens do que como participantes da política, confirmando que “saltam” o PME e buscam orientação diretamente na BNCC, mas se queixam da falta de apoio e formação da Secretaria para essa tarefa. As professoras, na ponta do sistema, são as que mais sentem os efeitos do vazio curricular. Elas revelam uma apropriação frágil dos conceitos da BNCC (mais da metade admite compreender pouco os Direitos de Aprendizagem e os Campos de Experiência), resultado direto da ausência de uma política de formação continuada consistente por parte do município. Suas falas revelam um sentimento de abandono institucional, que é compensado pela construção de redes de apoio locais (o “microambiente de apoio” da equipe e da gestão escolar).

Finalmente, o quinto objetivo específico, investigar como os PPPs incorporam as diretrizes normativas e sua coerência com os direitos de aprendizagem e os campos de experiência, revelou uma esquizofrenia documental. Os Planos Gestores (documentos quadrienais) das escolas, especialmente os da EMEB Laís e da EMEB Estella, apresentam um discurso robusto, com menções à BNCC, aos campos de experiência e a uma concepção de criança como protagonista. Contudo, os Adendos anuais, que deveriam detalhar a prática, mostram-se frágeis e padronizados. Nenhuma das três escolas nomeia explicitamente os seis direitos de aprendizagem, e a organização curricular se dá em torno de um projeto temático de literatura, que parece ser uma indução da Secretaria de Educação. Essa padronização, embora garanta uma base comum, esvazia o PPP de seu potencial como ferramenta de planejamento autônomo e contextualizado, transformando-o em um instrumento de controle burocrático.

Em síntese, o percurso analítico aqui traçado, ao percorrer cada um desses cinco objetivos, permitiu não apenas responder à questão central da pesquisa, mas também identificar as fraturas estruturais que comprometem a articulação entre os

diferentes níveis da política educacional em Monte Alto. Longe de um ciclo virtuoso de influência e tradução, o que se revela é um sistema fragmentado, hierarquizado e marcado por um profundo vazio de mediação municipal cujas desconexões podem ser compreendidas em três rupturas fundamentais:

1. A Ruptura no Contexto da Produção do Texto: O PME, como texto da política municipal, falha em sua função primária de traduzir e contextualizar as diretrizes nacionais. Ele nasce isolado, focado no quantitativo e defasado no tempo, criando um vácuo curricular que desorienta o sistema. A política, já em sua origem, não gera influência, mas indiferença.
2. A Recontextualização Seletiva e Hierárquica no Contexto da Prática: Diante do vazio do PME, os atores no contexto da prática (gestoras e professoras) não ficam inertes. Eles “saltam” o plano municipal e buscam legitimidade diretamente na política nacional, a BNCC. No entanto, essa recontextualização não é um processo autônomo e criativo. Ele é mediado pela Secretaria de Educação de forma hierárquica e simplificadora, através da indução de projetos padronizados (os Adendos). A BNCC não é estudada, debatida e traduzida coletivamente; ela é “entregue” às escolas em um formato pré-digerido, que privilegia a aparência de conformidade em detrimento da apropriação conceitual. O resultado é uma incorporação frágil, onde se adota a nomenclatura (“campos de experiência”), mas não a essência (os direitos de aprendizagem).
3. A Performatividade como Estratégia de Sobrevivência: No cotidiano escolar, as professoras se veem em uma encruzilhada. De um lado, um discurso pedagógico moderno e exigente (BNCC); de outro, condições de trabalho precárias (turmas cheias, falta de tempo, falta de formação). Pressionadas a demonstrar eficácia, elas desenvolvem o que Ball (2006) chama de performatividade. Elas adotam o discurso “correto”, declaram-se satisfeitas com seu trabalho e afirmam alinhar-se à BNCC. Essa performance, no entanto, mascara a angústia, a sobrecarga e a consciência de que a prática possível está muito distante da prática desejável. A alta satisfação declarada não é um reflexo de boas condições de trabalho, mas um mecanismo de defesa e uma estratégia de legitimação profissional para sobreviver em um “macroambiente de abandono”.

Em suma, a influência das políticas se dá de forma perversa: o PME não influencia por sua ausência, e a BNCC influencia de forma distorcida, como um espectro que assombra a prática, mas não a ilumina. Os PPPs, nesse cenário, perdem sua potência política e se tornam documentos burocráticos que performam um alinhamento que não se sustenta na prática. E as práticas pedagógicas, por sua vez, são o resultado de uma negociação constante entre o idealizado nos documentos e o possível nas condições concretas, uma negociação que, na ausência de suporte, tende a rebaixar as expectativas e a reproduzir um modelo de cuidado que ainda luta para se afirmar plenamente como educativo.

Diante desse quadro, que expõe as fragilidades e contradições de um sistema educacional operando em fraturas, impõe-se a necessidade de extrair lições que possam iluminar caminhos. Se a pesquisa revelou um diagnóstico, cabe agora avançar para as prescrições que dele emergem. É nesse espírito que apresentamos, a seguir, as implicações deste estudo para diferentes âmbitos e as recomendações que dele derivam.

Os resultados desta tese, embora circunscritos a um contexto específico, dialogam com uma realidade presente em muitos municípios brasileiros e levantam implicações importantes para diferentes áreas.

No âmbito da teoria, a pesquisa contribui para o campo dos estudos de políticas educacionais ao aplicar a Abordagem do Ciclo de Políticas em um estudo de caso municipal, demonstrando sua potência para desvelar as complexas dinâmicas de tradução e recontextualização. Os conceitos de “vazio curricular”, “esquizofrenia documental” e “paradoxo da performatividade”, desenvolvidos ao longo da análise, podem ser ferramentas úteis para futuras investigações sobre a implementação de políticas curriculares em outros contextos.

No âmbito das políticas públicas, os achados oferecem um diagnóstico claro para o município de Monte Alto e, por extensão, para outros municípios com características semelhantes. A principal recomendação é a urgente necessidade de construção de um currículo municipal para a Educação Infantil. Este documento não deve ser um mero resumo da BNCC, mas um processo de tradução e contextualização, construído de forma participativa com gestores, professores e a comunidade. Ele deve definir concepções claras, orientar a prática pedagógica, e,

crucialmente, prever mecanismos de formação continuada e de avaliação que deem suporte à sua implementação. Recomenda-se, ainda, a revisão do PME, para que ele se torne um instrumento vivo de planejamento, com metas qualitativas e com previsão orçamentária para a formação docente.

No âmbito da formação de professores, a pesquisa evidencia que não basta entregar um documento curricular; é preciso construir as condições para sua apropriação. A formação continuada não pode ser um evento esporádico, mas um processo permanente, que ocorra no local de trabalho e que parta dos desafios reais das professoras. Recomenda-se a criação de grupos de estudo nas escolas, com a mediação de coordenadores pedagógicos bem-preparados, para discutir os conceitos da BNCC, planejar coletivamente e refletir sobre as práticas. É preciso investir tempo e recursos na formação dos formadores, para que eles possam, de fato, apoiar as professoras nessa jornada.

Reconhecer os caminhos possíveis, contudo, exige também que se assumam os limites da própria jornada. Tão importante quanto apontar horizontes, no entanto, é reconhecer as fronteiras que não puderam ser ultrapassadas. Nenhuma pesquisa abarca a totalidade do real, e este estudo, consciente de suas escolhas metodológicas, não foge à regra.

Toda pesquisa, ao fazer suas escolhas, também assume suas limitações. Este estudo, ao optar por uma abordagem qualitativa e por um estudo de caso múltiplo, ganha em profundidade, mas perde em generalização. Os resultados aqui apresentados refletem a realidade de Monte Alto e não podem ser automaticamente transpostos para outros contextos. Além disso, a coleta de dados, realizada por meio de questionários e análise documental, não incluiu a observação direta das práticas pedagógicas em sala de aula. As práticas aqui analisadas são, portanto, as práticas declaradas pelas professoras, o que pode conter um viés de desejabilidade social. A ausência da voz das famílias e, principalmente, das crianças, é outra limitação importante, que merece ser reconhecida.

As limitações deste estudo, longe de enfraquecê-lo, demarcam com honestidade seu alcance e, simultaneamente, abrem trilhas para que novas pesquisas possam seguir adiante. Apresentamos, a seguir, as limitações que circunscrevem nossos achados e, a partir delas, apontamos direções para que futuras investigações possam avançar onde esta, não pôde chegar. Sugerem-se:

1. Estudos etnográficos que, por meio da observação participante, investiguem como os conceitos da BNCC se materializam (ou não) nas interações cotidianas entre professoras e crianças, especialmente na faixa de 0 a 3 anos.
2. Pesquisas que deem voz às crianças, utilizando metodologias participativas para compreender suas perspectivas sobre o currículo, as brincadeiras e a rotina na creche.
3. Estudos comparativos entre municípios que construíram currículos locais e aqueles que não o fizeram, a fim de avaliar o impacto dessa mediação na qualidade das práticas pedagógicas.
4. Investigações sobre o papel das coordenadoras pedagógicas como mediadoras do ciclo de políticas, analisando seu processo de formação e suas estratégias de atuação no contexto da prática.

Que essas sugestões possam ser tomadas como pontos de partida para que outros pesquisadores, com novos olhares e métodos, continuem a desvelar as complexidades que esta tese apenas começou a mapear. Pois, ao fim desta jornada, retornamos ao ponto de origem, mas já não somos os mesmos. O olhar que agora se volta para a experiência investigada traz consigo as marcas de um percurso que revelou muito mais do que se esperava encontrar.

Esta tese começou com uma inquietação sobre a distância entre o texto da política e a vida da escola. Ao final do percurso, essa distância se mostrou ainda maior e mais complexa do que se imaginava. O que a pesquisa revela é que, por trás da aparente conformidade com as diretrizes nacionais, existe um sistema que opera com base em vazios, improvisos e uma enorme sobrecarga sobre os profissionais que estão na ponta. As professoras de Monte Alto, com sua resiliência e seu compromisso, sustentam o sistema, construindo ilhas de afeto e cuidado em um oceano de abandono institucional.

Contudo, a qualidade da Educação Infantil não pode depender apenas da boa vontade e do esforço individual de suas professoras. Ela depende de políticas públicas consistentes, de investimento, de formação e, acima de tudo, de um reconhecimento de que o trabalho com bebês e crianças pequenas é um trabalho pedagógico complexo, que exige tempo, conhecimento e condições dignas. O vazio curricular

identificado nesta tese não é apenas uma falha burocrática; é um sintoma de uma visão que ainda não reconhece plenamente a potência da Educação Infantil. Preencher esse vazio, com um currículo vivo, participativo e contextualizado, é o grande desafio que se coloca para o município. É um desafio político e pedagógico, que exige a coragem de romper com a inércia e de construir, coletivamente, a escola que as crianças de Monte Alto merecem. Que esta tese, com suas análises e inquietações, possa servir como um subsídio para essa urgente e necessária transformação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Anete; WAJSKOP, Gisela. **Educação infantil: creches: atividades para crianças de zero a seis anos.** São Paulo: Moderna, 1999.
- ALARCÃO, Luciana Souza Teixeira; SILVA, Mille Anne Ribeiro da; OLIVEIRA, Teresa Helena Batelli de. **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na prática: experiências e resultados em sala de aula.** Revista Ilustração, Cruz Alta, v. 5, n. 9, p. 231-244, 2024.
- ALVARENGA, Claudia Helena Azevedo; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Análise dos argumentos que apresentam as 20 metas do Plano Nacional de Educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 182-206, 2017.
- ANDRADE, Danielle Aparecida. **História das políticas públicas para a infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.
- ARCE, Alessandra. **A educação infantil em debate: políticas, práticas e perspectivas.** Campinas: Autores Associados, 2011.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BALDINOTTI, Cristiane. **Implicações pedagógicas da teoria histórico-cultural para a educação de 0 a 6 anos.** Marília: UNESP, 2022.
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology.** London: Routledge, 1992.
- BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen J. **Education policy and social class: the selected works of Stephen J. Ball.** London: Routledge, 2006.
- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias.** Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BARBOSA, Ivone Garcia. O ProInfantil e a formação do professor. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 385-399, jul./dez. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3ª reimp. da 1ª edição de 2016. Título original: L'analyse de contenu.

BELL, Judith. **Como realizar um projeto de investigação**. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1993.

BORDIGNON, Genuíno; QUEIROZ, Arlindo; GOMES, Lêda. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília: FNE, 2011. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf. Acesso em: 07 nov. 2025.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**: seção 1, Rio de Janeiro, 9 ago. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 2009**. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Plano Municipal de Educação: caderno de orientações**. Brasília, DF: MEC/SASE, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Relatório de Avaliação do Cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Painel de Informações do Novo CAGED**. Brasília, DF: MTE, 2026. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWl2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 05 fev. 2026.

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. Revisão técnica e versão brasileira adaptada por Gisela Wajskop. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 20).

BUENO, José Geraldo Silveira; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. **Revista Contrapontos**, v. 11, n. 3, p. 278–287, 2011.

CAMPOS, Maria Malta et al. **A educação infantil no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPOS, Maria Malta. **Educação infantil no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2009a.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **A educação infantil no Brasil: diretrizes e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009b.

CAMPOS, Maria Malta. **Políticas públicas para a infância no Brasil: avanços e desafios**. São Paulo: Cortez, 2010.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodette; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.127, abr. 2006, p. 87-128.

CARBONE CARNEIRO, Relma Urel. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2002.

CETRONI, Thiago Aparecido. **Programa Proinfância: um estudo de caso na cidade de Monte Alto - SP**. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 5 out. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 dez. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 31 jan. 2026

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

DANTAS, Heloysa. Do ato motor ao ato mental: a gênese da inteligência segundo Wallon. In: LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora da UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de Estado para a educação brasileira**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. Campinas: Papyrus, 1997.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

ELKONIN, Daniil Borisovich. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FLORES, Javier. **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona: PPU, 1994.

FREITAS, Nidal Afif Obeid; ALMEIDA, Nivea Maria Coelho Barbosa de; TALAMONI, Ana Carolina Biscalquini. Educação infantil na base nacional comum curricular: pressupostos epistemológicos em Piaget, Vygotsky e Wallon. **Educere – Revista da Educação da UNIPAR**, v. 20, n. 2, 2020. Universidade Paranaense.

FUNDAÇÃO SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. Perfil dos Municípios Paulistas. São Paulo: SEADE, 2014. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 07 dez. 2025.

- GADOTTI, M. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para sua realização. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1994.
- GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. **Políticas públicas e educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. **Henri Wallon**. Trad. Patrícia Junqueira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987.
- HADDAD, Lenira. **A creche em busca da qualidade: uma proposta pedagógica**. São Paulo: Cortez, 1991.
- HADDAD, Sérgio. **Creches: história e perspectivas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Panorama Monte Alto – SP**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=3531308>. Acesso em: 07 jan. 2026.

- JOSÉ FILHO, Mário. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: JOSÉ FILHO, Mário; DALBERIO, Osvaldo (Orgs). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2006.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange. **Educação ou tutela?: a criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1988.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KRAMER, Sonia. **A infância e sua singularidade na história**. São Paulo: Cortez, 2003.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- FARIA, Ana Lucia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira. **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados; São Carlos: Editora da UFSCar; Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 62)
- KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000.
- KUHLMANN JR, Moysés. **História da educação infantil no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: VIGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.
- LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9. ed. São Paulo: Ícone, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2008.
- LIMA, Ezequiel de. **Efeitos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB na Educação Infantil de Medianeira - Paraná**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

- LIMA, Mary Gracy e Silva; FONTINELES, Isabel Cristina da Silva. Determinismo da BNCC versus currículo plural: um convite ao debate. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 15, n. 38, p. 249-263, maio-ago. 2023.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUIZ, M. C. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07 nov. 2025.
- MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009
- MAXWELL, Joseph Alex. **Qualitative research design: an interactive approach**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2013.
- MEDEL, Cassia Ravena. **Projeto político-pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- MEDIANEIRA (PR). **Lei nº 885, de 28 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a reestruturação e gestão do plano da carreira, valorização e remuneração dos profissionais do magistério público do município de Medianeira, Estado do Paraná, e dá outras providências. Leis Municipais, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/medianeira/lei-ordinaria/2020/88/885/lei-ordinaria-n-885-2020-dispoe-sobre-a-reestruturacao-e-gestao-do-plano-da-carreira-valorizacao-e-remuneracao-dos-profissionais-do-magisterio-publico-do-municipio-de-medianeira-estado-do-parana-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- MERISSE, Ana Maria. **Políticas de atendimento à infância no Brasil: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Teoria, Método e Criatividade**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000a.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- MOIMÁS, Juliana Xavier. **Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil: uma análise a partir das contribuições da história, da normatividade e da sociologia da infância**. Marília: UNESP, 2020.

MONTE ALTO (SP). **Lei nº 1.734, de 04 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre a criação de secretarias para compor a estrutura organizacional do poder executivo municipal, e dá outras providências. Monte Alto, SP: órgão oficial do município, 1992. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/MonteAlto-SP/LeisOrdinarias/1734-1992>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MONTE ALTO (SP). **Lei Complementar nº 192, de 02 de julho de 2005**. Dispõe sobre a Organização Administrativa, o Plano de Classificação de Cargos e as Carreiras do Município de Monte Alto. Monte Alto, SP: órgão oficial do município, 2005. Disponível em: <http://legislacaodigital.com.br/MonteAlto-SP/LeisComplementares/192-2005>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MONTE ALTO (SP). **Lei Complementar nº 293, de 23 de novembro de 2010**. Dispõe sobre o desdobramento das Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Esportes e Lazer; Obras e Planejamento; e Administração e Finanças. Monte Alto, SP: órgão oficial do município, 2010. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/MonteAlto-SP/LeisComplementares/293-2010>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MONTE ALTO (SP). **Lei nº 3.164, de 18 de junho de 2015**. Dispõe sobre o novo Plano Municipal de Educação, de duração decenal, que revisa e organiza o aprovado pela Lei nº 2.539, de 18 de dezembro de 2008, e dá outras providências. Monte Alto, SP: órgão oficial do município, 2010. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/MonteAlto-SP/LeisOrdinarias/3164-2015>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MONTE ALTO (SP). **Lei Complementar nº 456, de 19 de março de 2019**. Estabelece nova estrutura administrativa e reorganiza os quadros de cargos em comissão e funções de confiança do Poder Executivo do Município de Monte Alto/SP. Diário Oficial do Município, Monte Alto, 19 mar. 2019.

MONTE ALTO (SP). **Lei nº 4.324, de 5 de dezembro de 2025**. Prorroga, até 31 de julho de 2026, o prazo de vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº 3.164, de 18 de junho de 2015, e dá outras providências. Monte Alto, SP: órgão oficial do município, 2010. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/MonteAlto-SP/LeisOrdinarias/4324-2025>. Acesso em: 5 nov. 2025.

MONTE ALTO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação final do Plano Municipal de Educação**. Monte Alto, SP: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

MOVIMENTO PELA BASE; UNDIME. **Como implementar a BNCC nos municípios?** Sugestões para organizar a formação continuada para os novos currículos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. São Paulo: Movimento Pela Base, 2019. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/10/como_implementar_BNCC_municipios-VFFF-Undime-1.pdf. Acesso em: 1 set. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **Educação infantil**: fundamentos e debates. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, João Ferreira de et al. **Caderno de avaliação das metas do Plano Nacional de Educação**: PNE 2014-2024. Brasília: ANPAE, 2018.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2010.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p. Manual (Pós-Graduação) - Universidade Federal de Goiás, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al. **Creches**: crianças, faz de conta & cia. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINTO, Manuel. **Infância e sociedade**: perspectivas teóricas e políticas. Porto: Porto Editora, 1997.

PONTE, João Pedro da. Investigar a nossa prática. In: GTI (Org.), **Refletir e investigar sobre a prática profissional**. Lisboa: APM, 1992.

ROCHA, Eloisa A. C. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação infantil no Brasil**: uma análise histórica e crítica. São Paulo: Cortez, 2001.

SARMENTO, Diva Chaves. Criação dos sistemas municipais de ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1363-1390, set./dez. 2005 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 07 nov. 2025.

SAVIANI, Darneval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 380-412, maio/ago. 2010.

SAVIANI, Darneval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: Significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

- SAVIANI, Darneval. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação**: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.
- SAVIANI, Darneval. **A lei da educação**: LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2019.
- SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, Debora Vanessa Felipe da et al. O Plano Nacional de Educação e o cumprimento da Meta 1 da Educação Infantil. **Ensaio**, v. 31, n. 97, p. 45-72, 2023.
- SOUZA, Cristiane Baldinotti de. **Implicações pedagógicas da teoria histórico-cultural para a educação de 0 a 6 anos**. Marília: UNESP, 2022.
- SOUSA, Adaires Rodrigues de et al. Plano Municipal de Educação e Projeto Político Pedagógico: trilhas da práxis formativa. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, e13474, p. 1-25, 2021.
- TEIXEIRA, Eliana Borges. **Movimentos sociais e políticas públicas no Brasil**: uma análise histórica. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.
- VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.
- VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. Atlas: São Paulo: 2014.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papyrus, 2013. p. 11-35.
- VIEIRA, Laura Helena Chaves Nunes. **Análise crítica do artigo “Desconstruindo o construtivismo pedagógico”**, de Thomaz Tadeu da Silva. *Concurso Público para Professor Assistente*. Departamento de Psicologia – CFH/UFSC (mimeo), 1993.
- VITURIANO, Hercília M. M. et al. Direitos de aprendizagem e campos de experiência na BNCC: repercussões para as práticas pedagógicas na educação infantil. **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 20, n. 10, p. 4800-4822, 2023.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na Educação Infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

WALLON, Henri. **As origens do caráter na criança**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1981.